



AGENDA 21 ESCOLAR & A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS SUSTENTÁVEIS

JESUS, Edilma Nunes de*; **FEITOSA, Flavia Regina Sobral**; **FONTES, Andreia Reis**,
SILVA, Haiane Pessoa da

Programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe.

* email: edilmanunes@hotmail.com

Resumo: A Agenda 21 escolar é uma ferramenta de transformação social formada pelos componentes básicos: a sustentabilidade escolar e do entorno; a inovação curricular e a participação da comunidade. Nesse sentido, esse documento representa diante do contexto de degradação ambiental, a busca pela formação cidadã que, por sua vez, é parte indissociável do compromisso da escola. Portanto, esta é uma proposta interdisciplinar com vias a suscitar mudanças atitudinais e transformações em todos os atores envolvidos direta ou indiretamente com o ambiente escolar. Assim, essa pesquisa teve como objetivo propor ações voltadas à criação e implementação da Agenda 21 escolar, de forma a subsidiar a formação de espaços que incluam práticas mais sustentáveis nas unidades escolares, bem como no seu contexto de atuação. Para isso, a metodologia aplicada foi de base qualitativa, por meio de levantamento bibliográfico e análise documental, com a apresentação e sugestão das etapas necessárias, para que as escolas possam inserir a Agenda 21 em seu contexto. Desta forma, espera-se a partir deste trabalho, contribuir com a aplicação de práticas sustentáveis para as unidades escolares interessadas.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Educação Ambiental; Práticas educativas.

1. INTRODUÇÃO

O movimento pelo desenvolvimento sustentável ganhou popularidade em escala mundial a partir do século passado, e vem conquistando cada vez mais notoriedade, direcionando a

formulação de políticas públicas em todo o mundo (BARBIERI e SILVA, 2011). E, dentre os vários instrumentos voltados à sustentabilidade, tem-se a Agenda 21.

A Agenda 21 é um documento que define um conjunto de diretrizes com vistas a direcionar práticas voltadas a mudanças que promovam a sustentabilidade. As medidas e incentivos propostos apontam a redução de impactos ambientais, da pobreza, bem como, transformações dos processos produtivos. Dessa forma, seus pressupostos exigem que as questões ambientais façam parte das tomadas de decisão, juntamente com a participação efetiva dos cidadãos, em escala local, nacional ou global (UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, 2004).

Logo, a Agenda 21 é em síntese, um instrumento do século XXI, cujas orientações direcionam os países, grupos e os mais diversos setores organizacionais: ONG's, empresas, associações, etc., a perceber a sustentabilidade como “necessidade” (UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, 2004). Nesse sentido, o espaço escolar, que promove a vivência e formação de indivíduos, não poderia estar isento das perspectivas apontadas neste documento.

A Agenda 21 Escolar significa a efetivação de práticas mais sustentáveis na escola, com base em um planejamento específico, coletivo e integrado. E, corroborando com este contexto, Minguet (2003), afirma que a educação não pode ser excluída das questões de sustentabilidade, pois, o papel exercido pela escola impõe que esta se posicione com autonomia, diante dos problemas ambientais existentes.

Assim, a aplicação da Agenda 21 Escolar representa, diante do contexto de degradação ambiental, a busca pela formação cidadã que, por sua vez, é parte indissociável do compromisso da escola. Portanto, esta é uma proposta com vias a suscitar mudanças atitudinais e transformações em todos os atores envolvidos direta ou indiretamente com o ambiente escolar.

Nesse contexto, as práticas educativas baseadas nos pilares da sustentabilidade, poderão fortalecer valores coletivos e solidários, que frente a problemática ambiental vigente, conduzam a escola e outros ambientes pedagógicos, para atitudes de reflexão e ação, com vistas a sensibilização e construção de novas posturas ao longo do tempo (JACOBI *et al.*, 2009).

E pensar na construção de uma agenda escolar que melhore localmente a escola e o entorno auxiliará a minimizar as iniquidades socioambientais também a nível global pois, essa estratégia poderá ser replicada em outras regiões. Nesse contexto, essa pesquisa tem como objetivo propor ações voltadas a criação e implementação da Agenda 21 Escolar, de forma a subsidiar a formação de espaços que incluam práticas mais sustentáveis nas unidades escolares, bem como no seu contexto de atuação.

1.1. A Agenda 21 no contexto escolar

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro foi palco de vários debates sobre as questões ambientais no Brasil e em todo o mundo, o que culminou na elaboração de um documento a Agente 21 global, que preconiza o comprometimento com o desenvolvimento sustentável, ou seja, aquele que busca a compatibilização da conservação ambiental, com a justiça social e a eficiência econômica, visando atender as necessidades do presente sem comprometer as das gerações futuras (TEIXEIRA, 2008).

Após esse evento, o Brasil (um dos países signatários da Agenda 21 global) a partir de 1997, começou a elaborar e implementar a Agenda 21 brasileira que segue as diretrizes da Agenda 21 global, vindo a mesma a ser efetivamente publicada em 2004. Esse documento virou um Programa do Plano Plurianual de Governo, tornando-se referência para a formação de uma série de políticas públicas brasileiras (MMA, 2015).

Embora a Agenda 21 brasileira seja uma adaptação da global, traz uma noção de sustentabilidade ampliada e progressiva. Ampliada, pois, deve articular as várias dimensões do desenvolvimento (ambiental, social, econômico, cultural, etc) e progressiva, porque propõe um novo paradigma de desenvolvimento, baseado na “globalização solidária” com oportunidade de acesso para os países em desenvolvimento e os marginalizados. E justamente, para concretizar esse objetivo é que ela propõe a educação enquanto mecanismo de inclusão social, através da qualificação para o trabalho e formação moral para a civilização planetária (TEIXEIRA, 2008).

Paralelo a isso, o Ministério do Meio Ambiente estimulou inicialmente a implantação de 21 (vinte e uma) Agendas locais (como primeiras ações) e cursos de formação continuada nessa temática. Essa proposta faz parte de um projeto político-pedagógico que vê a educação como integrante de todo processo de transformação social, de maneira que os projetos de ensino, pesquisa e extensão devem procurar implementar atividades sustentáveis (BASSANI e CARVALHO, 2004).

As Agendas 21 locais são novas maneiras de ser pensar políticas sustentáveis de desenvolvimento, onde existe a descentralização das decisões e a população é protagonista desse processo de transformação, fomentando a solidariedade social, cooperação, associativismo, mediante o fortalecimento das comunidades pela união e participação nas tomadas de decisões (FANTIN, 2011).

Isto posto, a construção de uma Agenda 21 local aponta para a elaboração de propostas pedagógicas que buscam mudanças de comportamento e atitudes, o desenvolvimento da organização e a participação social em prol de um modo de vida mais sustentável, possibilitando os atores envolvidos repartirem as decisões e responsabilidades quanto às ações a serem realizadas na região. Além de envolver a comunidade nas práticas socioambientais, compreendendo-as como parte de uma rede sociotécnica (JACOBI *et al.*, 2012; BRANQUINHO e SANTOS, 2007).

A ideologia proposta pela Agenda 21 local é replicada na escola, culminando na elaboração de uma Agenda 21 escolar que se constitui um mecanismo para construção de uma educação contextualizada e interdisciplinar, permitindo a inserção da comunidade escolar de forma consciente e problematizadora nos espaços cotidianos, adotando atitudes mais sustentáveis ambientalmente (JACOBI, 2009).

Sendo assim, a Agenda 21 escolar é uma ferramenta de transformação social que possui três componentes básicos: a sustentabilidade escolar e do entorno; a inovação curricular e a participação da comunidade. E dentre seus objetivos podemos citar: a criação de uma estrutura de tomada de decisão que envolva o cuidado ambiental e a adoção de um modo de vida mais sustentável; cooperação entre a comunidade educacional; participação na Agenda 21 local e viabilização de um currículo que auxilie a criar propostas viáveis de desenvolvimento sustentável (OSTOLAZA, 2002).

Desta forma, a Agenda 21 na Escola possibilita o estabelecimento de laços de cooperação entre a comunidade escolar para que se elabore estratégias ou plano de ações para promover a sustentabilidade na escola ou no entorno desta instituição. Sendo para isso necessário introduzir no ambiente pedagógico metodologias participativas, reflexivas, questionadoras que estimulem o conhecimento crítico e democrático, a fim de viabilizar uma “nova visão de mundo, sistêmica, complexa, onde todos os fenômenos sociais, culturais e naturais são tratados em suas relações de interdependência” (FRANCO, 2006).

2. METODOLOGIA

O presente estudo possui uma natureza qualitativa, por meio de revisão bibliográfica e documental relacionada ao tema proposto (TRIVIÑOS, 1987). Assim, buscou-se trabalhos e autores que apresentassem propostas e experiências exitosas no tocante à Agenda 21 Escolar.

Dessa forma, as informações a seguir serão apresentadas, em sequência dos passos para a criação e implementação da Agenda 21 Escolar, de forma que esta possa ser adaptada em unidades escolares interessadas.

3. RESULTADOS

As Fases para a elaboração da Agenda 21 Escolar, estão descritas de acordo com as atividades necessárias para que a escola possa inserir a Agenda 21, além de efetivá-la. A base teórica e metodológica para a seleção e descrição de cada etapa, baseia-se nas leituras de trabalhos voltados para esta temática, tais como: Universidade Católica Portuguesa (2004); Malheiros *et al.*, (2008); Franzoi e Baldin (2009); Javier e Javier (2012). Logo, são sugeridas as etapas de:

a) Motivação & Reflexão

No primeiro momento deverá ser convocada uma reunião com todos os atores sociais envolvidos (alunos, ex-alunos, professores, os pais de alunos, funcionários administrativos, diretoria e comunidade do entorno), para a mobilização e reflexão das ações. Nesse encontro, será explicada a proposta da Agenda Escolar com explanação sobre a importância de se pensar numa escola e sociedade mais sustentável. A seguir, deverá ser explicada a relevância da Educação Ambiental no contexto escolar, de práticas mais integrativas e o envolvimento de todos nesse projeto. E, para isso, a ideia é construir coletivamente uma agenda ambiental sendo a mesma validada por todos os atores envolvidos, pois só assim essa terá legitimidade e efetividade.

Além disso, será escolhido um mediador para coordenar os trabalhos e uma comissão para implementar as discussões e traçar as ações a serem realizadas em prol de uma escola mais sustentável. E, essa comissão terá os seguintes membros: docentes, alunos, membros da associação de pais, funcionários administrativos, a diretora da escola, um representante do conselho executivo; um representante do poder local e/ou da administração central, que possua compromisso e proximidade com a escola.

b) Diagnóstico

Esta fase é realizada com o objetivo de identificar na escola como a questão ambiental tem sido trabalhada, na sala de aula e contexto local. Para isso, verifica-se inicialmente, em todas as séries, conteúdos abordados, por meio de questionário aplicado a professores e alunos da instituição. Em seguida, será feita outra análise juntamente com pais, funcionários, alunos e professores, das condições físicas da escola, no tocante ao ambiente social (relação entre todos) e físico (principais impactos ambientais presentes na escola).

Nessa etapa, uma sugestão é a aplicação da dinâmica: “Realidade/Desejo” (VERDEJO, 2006) para identificar as principais necessidades ambientais daquela instituição e comunidade do entorno. Outras dinâmicas que possibilitem a obtenção das mesmas informações, poderão ser selecionadas. Logo, como resultado, serão elencados como principais problemas locais com suas causas e impactos gerados.

c) Ações

Após o diagnóstico e identificação dos principais problemas socioambientais da comunidade escolar, as ações deverão ser planejadas e executadas. Para atuar como medidas mitigadoras de possíveis problemas encontrados, são viáveis atividades a exemplo das sugeridas a seguir:

- I. Solicitar de parceiros (empresas vizinhas, comércio, etc.) para a doação de materiais, como por exemplo lixeiras, que devem estar dispostas em locais estratégicos nos arredores da escola;
- II. Reduzir a quantidade de merenda disposta para cada aluno, caso o desperdício de merenda escolar tenha sido identificado. A repetição da refeição será disponibilizada apenas para o discente que ingeriu o alimento por completo, isso evitará o desperdício de alimentos;
- III. Buscar a parceria da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município para a realização de uma campanha sobre a separação do lixo (com ênfase na coleta seletiva). Após a realização desta, a prefeitura deverá disponibilizar um número adequado de lixeiras que possibilitem a coleta seletiva;
- IV. Realizar oficinas que abordem a Educação Ambiental em várias temáticas (lixo, água, vegetação, etc.) pois, estes temas contribuição na compreensão do público-alvo, principalmente, alunos e pais;

V. Criar um projeto de recuperação da vegetação a partir do plantio de mudas, caso a escola seja de comunidade ribeirinha, o que contribui para uma maior integração de diferentes disciplinas da grade curricular. As mudas também deverão ser obtidas por meio de doações;

VI. Reativar a horta escolar (ou implantar se a escola não possuir uma) de forma a resgatar a importância do valor nutricional dos alimentos produzidos.

d) Avaliação e monitoramento das Ações

Essa etapa é de primordial importância para o sucesso e continuidade do trabalho desempenhado. E a mesma consiste em criar instrumentos e mecanismos de monitoramento da qualidade e aferição do cumprimento das metas e objetivos propostos. Recomenda-se fazer avaliação e monitoramento das ações a cada 6 (seis) meses, pois assim existe a possibilidade de correção de eventuais rumos equivocados das propostas.

Assim, todas as atividades programadas serão acompanhadas com a geração de relatórios, além de reuniões para a avaliação dos trabalhos (Tabela 1: Síntese da proposta). As correções também serão incluídas pelo grupo, de forma que todo o trabalho tenha abrangência coletiva. Sugere-se ainda a divulgação em eventos locais, para que outras escolas sejam estimuladas a aplicar a Agenda 21 em outras unidades.

Tabela 1 – Síntese da proposta da criação da Agenda 21 Escolar.

Etapa	Atividades realizadas	Público envolvido	Duração (meses)
Motivação & Reflexão	Reunião com todos os atores sociais envolvidos.	Alunos, ex-alunos, professores, os pais de alunos, funcionários administrativos, diretoria e comunidade do entorno.	2 meses
Diagnóstico	Reunião e oficinas com todos os atores sociais envolvidos.	Alunos, ex-alunos, professores, os pais de alunos, funcionários administrativos, diretoria e comunidade do entorno.	2 meses
Ações	Reunião e oficinas; Aquisição de lixeiras; Controle de alimentos servidos; Busca de parcerias; Plantio de mudas; Resgate da horta escolar.	Alunos, ex-alunos, professores, os pais de alunos, funcionários administrativos, diretoria e comunidade do entorno, empresários locais, representantes da Secretaria de Meio Ambiente.	6 meses (fase inicial) continuação a ser determinada.
Avaliação e monitoramento	Verificação e monitoramento de todas as ações implementadas (Relatório).	Alunos, ex-alunos, professores, os pais de alunos, funcionários administrativos, diretoria e comunidade do entorno.	A cada seis meses.

É válido ressaltar que todas as etapas e atividades apresentadas poderão ser adaptadas de acordo com a realidade das escolas, pois, a proposta de criação e implementação da Agenda 21 deverá sempre ser coletiva e autônoma.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas relacionadas à sustentabilidade, que incentivem a reflexão e a transformação de atitudes devem ser fomentadas nos mais diversos espaços, principalmente, no ambiente escolar, onde se atribui o papel formativo de indivíduos. Diante deste fato, a escola não deverá estar isolada da busca por novas posturas na trajetória de interações homem-natureza.

A proposta de construção das etapas de: Motivação e Reflexão, Diagnóstico, Ações, Avaliação e monitoramento, servirão como base para que nas unidades escolares seja possível, divulgar a Agenda 21, mobilizar atores, identificar e buscar saídas de problemas ambientais, além de avaliar e monitorar atividades desenvolvidas. É válido ressaltar, que aliada à construção e implantação da Agenda 21, a continuidade se destaca como um fator crucial para que todas as ações programadas promovam mudanças concretas, tanto no espaço escolar quanto no entorno.

As escolas por sua vez, apresentam realidades e contextos distintos, principalmente, no território brasileiro, o que deverá ser considerado, para que adaptações sejam incluídas no tocante as atividades sugeridas. Nesse sentido, as pesquisas voltadas a essa temática poderão contribuir para que as escolas criem sua Agenda 21, de acordo com as suas peculiaridades e de forma participativa, produzindo consequentemente um documento coletivo, que ao se tornar efetivo poderá produzir as transformações planejadas.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, J. C. SILVA, D. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **Revista de Administração Mackenzie.** v.12., n.3. p.51-82. 2011.

BASSANI, P.; CARVALHO, M. A. V. Pensando a sustentabilidade: um olhar sobre a Agenda 21. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v.1, n.9, p.69-76, 2004.

BRANQUINHO, F. Teresa Braga; SANTOS, Jacqueline da Silva. **Antropologia da Ciência, Educação Ambiental e Agenda 21 Local.** Educação e Realidade, v.32, n.1, p.109-122, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 brasileira.** Apresentação. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?id=conteudo.0.monta&idEstrutura=18&idConteudo=908>>. Acesso em: 05 de setembro de 2015.

FANTIN, J. T. **Projeto Rondon: extensão universitária e Agenda 21 na Amazônia.** Campo Grande: Interações, v.12, n.1, p.115-124, 2011.

FRANCO, M. I. **Agenda 21 Escolar – Embu das Artes.** Sociedade Ecológica amigos de Embu, 2 ed., p.2-55, 2006.

FRANZOI, A.; BALDIN, N. Agenda 21 Escolar: impactos em educação, meio ambiente e saúde. **Cadernos de Educação.** v.1, n.34, p. 97 - 118, 2009.

JACOBI, P. R.; TRISTÃO, M.; FRANCO, M. I. G. C. A Função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. **Campinas: Caderno Cepes,** v.29, n.77, p.67-69, 2009.

JACOBI, P. R.; GUNTHER, W. M. R.; GIATTI, L. L. Agenda 21 e governança. São Paulo: **Estudos Avançados,** v.26, n.74, 2012.

JAVIER, V. P. J.; JAVIER, G. G. La educación ambiental en la agenda 21 local de Sagunto (Valencia). **Didáctica de Las Ciencias Experimentales y Sociales.** v.1, n. 26. p.177-197, 2012.

MALHEIROS, T. F.; PHLIPPI JR, A.; COUTINHO, S. M. V. Agenda 21 Nacional e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: contexto brasileiro. **Saúde Sociedade.** São Paulo, v.17, n.1, p.7-20, 2008.

MINGUET, P. A. Participación de las agencias educativas en el desarrollo sostenible a nivel local: hacia una Agenda 21 escolar. **Revista Española de Pedagogía.** v.51, n.225, p.223-242. 2003.

OSTOLAZA, A. F. **Educar para la Sostenibilidad – Agenda 21 Escolar: uma guia para la escuela.** CEIDA – Departamento del Ordenación del Territorio y Meio Ambiente del Gobierno Vasco, p.2-40, 2002.

TEIXEIRA, C. **Educação e Desenvolvimento Sustentável na Agenda 21 Brasileira.** Inter-Ação: Revista da Faculdade de Educação da UFG, v.33, n.1, p.31-48, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987. 87p.

VERDEJO, M.E. **Diagnóstico Rural Participativo: Guia prático.** Revisão e adaptação: Décio Coutrim e Ladjane Ramos. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 62p., 2006.

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGESA. Agenda 21 na Escola: ideias para implementação. Futuro Sustentável: Plano Estratégico de Meio Ambiente do Grande Porto, p.14-36, 2004.

EDUCATIONAL AGENDA 21 & A SUSTAINABLE BUILDING SPACE

**JESUS, Edilma Nunes de*; FEITOSA, Flavia Regina Sobral; FONTES, Andreia Reis;
SILVA, Haiane Pessoa da**

Programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe.

* email: edilmanunes@hotmail.com

Abstract: *The educational Agenda 21 is a tool for social transformation consists of the basic components: the school and the surrounding sustainability; curriculum innovation and community involvement. Thus, this document is before the environmental degradation context, the pursuit of civic education that, in turn, is an integral part of the school's commitment. So this is a proposal on ways to raise attitudinal change and transformation in all the actors directly or indirectly involved with the school environment. Thus, this research aims to propose actions aimed at creating and implementing of 21 educational agenda, in order to support the formation of spaces that include more sustainable practices at schools as well as in its operating context. For this, the methodology was qualitative basis, through a literature review and document analysis, with the presentation and suggested the necessary steps so that the schools can insert the Agenda 21 in its context. So from this work are expected to contribute to the creation and implementation of 21 educational agenda, so that it may be interested in this school units.*

Keywords: Sustainability; Environmental education; Educational practices.